

O Acordo de Opiniões e a Verdade Como Conquista Comunitária ou Pública

Orlando de Carvalho Eliano
Faculdades Integradas Rio Branco
PUC (Doutorando em Comunicação e Semiótica)
landosp@uol.com.br

Resumo: O propósito fundamental deste artigo é o apontamento de alguns aspectos conceituais vinculados ao problema teórico da relação entre opinião e verdade, bem como das implicações comunitárias que ambas assumem no plano do acordo em dimensão pública. Assim, baseando-se em passagens específicas dos textos de Charles Sanders Peirce, principalmente aqueles considerados da juventude do autor, não menos importantes quando se trata dos temas colocados em pauta, este estudo pretende apenas reunir certas observações relacionadas com o assunto. Além disso, busca aduzir alguns poucos comentários que podem ajudar algum leitor não especializado, mas eventualmente interessado na análise de temas que conservam, em qualquer ocasião, inegável atualidade. Por certo, deve-se dizer que não se trata de verificar extensivamente, assim como em maior profundidade, a natural conexão do tema da opinião com a questão dos métodos e dos aspectos de complexidade teórica envolvidos na Semiótica peirceana, por conseguinte do processo real de formação, desenvolvimento e fixação das crenças, nem do tema da verdade com o aquilo de que tratam doutrinas como o Realismo e o Falibilismo. A intenção é apenas tentar mostrar, sob outros termos, a noção fundamentada de que a “... a própria origem da concepção de realidade mostra que esta concepção essencialmente envolve a idéia de uma COMUNIDADE ...” (CP 5.311 **1868**).

Palavras-chave: Opinião. Comunidade. Realidade. Verdade.

Abstract: The primary purpose of this article is to place on record some conceptual aspects linked to the theoretical problem of the relationship between opinion and truth, as well as the community implications that both acquire at the public level. Thus, based on specific passages of Charles Sanders Peirce’s texts, chiefly those written during the author’s youth, and no less important when considering the issues being addressed, this study simply intends to gather some observations related to the subject. Moreover, it seeks to impart a few comments that may help the uninitiated, but perhaps interested reader, in the analysis of issues that remain undeniably contemporary. In point of fact, it must be said that our intention is not to delve extensively and in-depth into the natural relation of the issue of opinion to that of the methods and aspects of the theoretical complexity involved in Peircean semiotics, and consequently of the real process of formation, development and fixation of beliefs, nor of the issue of truth in relation to what is addressed by doctrines such as Realism and Fallibilism. Our aim is merely to try to show, under a different prism, the grounded notion that “... the very origin of the conception of reality shows that this conception essentially involves the notion of a COMMUNITY...” (CP 5.311 **1868**).

Key-words: Opinion. Community. Reality. Truth.

Ao comentar a doutrina realística sobre a Realidade, para a qual "concepções gerais entram em todas as opiniões verdadeiras; por conseguinte, uma coisa no geral é tão real quanto no concreto" (CP 8.14 **1871**), Charles Sanders Peirce (1839-1914), fundador norte-americano da contemporânea Semiótica e do Pragmatismo, menciona o exemplo da *brancura* como algo característico das coisas brancas, o que, assim de imediato, surge quase como dispensável truísmo. Apenas aparência de primeira vista, todavia, as decorrências conceituais desse ponto são decisivas para toda a argumentação subsequente, apresentada na Resenha, *The Works of George Berkeley*, a Edição de Fraser. Para o autor, em singularidades existenciais de cor branca, “a brancura é real,

dato que é verdadeiro que coisas reais possuem a brancura" (CP 8.14 1871). Pode-se argumentar, nesse rumo, inclusive até sob ótica nominalista, que o caráter de generalidade do juízo perceptivo determinado assim pela *brancura* somente o é pela atividade generalizadora da mente. Como premissa teórica, portanto, faz-se necessário distinguir, com o ele, que "... a essência da opinião do realista é que uma coisa é ser e outra coisa ser representado" (N-III 1902: 86)¹ e que, para ser veraz, a opinião precisa estar desvinculada de esquemas constituidores - hipóteses nominalísticas - em relação ao Real, bem como ter-se submetido ao cotejo com a alteridade, através da experiência (cf. PEIRCE 1993: 85).

Se pelo lado do Objeto, desse modo, a doutrina do Realismo vem assegurar que as propriedades das coisas reais possuem existência objetiva, isto é, independente de substantivação que organize seu estatuto de realidade, pelo lado do fenômeno compulsivo da percepção, cumprido na esfera do sujeito cognoscitivo via sistema sensorio-motor, torna-se possível ajuizar a *brancura* como aparência produzida numa relação de extração ontológica que tem sustentáculo num substrato real, compondo um quadro perceptivo de determinado universo que integra uma complexão semiótica, em fluxo contínuo. Assim, considerando o fato perceptivo sob perspectiva exclusivamente humana, é esclarecedor referir este relato:

Todos os processos perceptivos visuais, auditivos, táteis, olfativos e gustativos, aparentemente tão imediatos, já funcionam como signos, visto que tornam presente algo que está diante de nós e que está sendo absorvido por nós, mas sem deixarem de ser mediatizados pelo equipamento específico do nosso sistema sensorio-motor e do potencial e limites dos nossos esquemas cognitivos, mentais. As percepções humanas são resultados de elaborações cognitivas, o que as coloca no paradigma dos signos em sentido lato. (NÖTH e SANTAELLA 1996: 77, cf. SANTAELLA 1993: 156-157)

Peirce entende, porém, que a Verdade não pode estar circunscrita a nenhuma qualidade sensíveis e que o caso específico da sensação humana só pode ser considerado na perspectiva de que assim "certos tipos de sentidos são afetados", sendo "a matéria da sensação ao todo acidental" (CP 8.13 1871). No mesmo sentido, também nada impede que se tenham os fatos sensitivos "apenas como signos da realidade" (CP 8.13 1871), ressaltando que se deve tanto "considerar toda concepção e intuição que necessariamente entram na experiência de um objeto, e que não é transitória e acidental, como validade objetiva" (CP 8.15 1871), quanto, também, que "um homem é como um outro, sendo o sentido exato disto o fato de que as realidades externas à mente produzem sensações que podem ser incluídas sob uma concepção" (CP 8.12 1871). Evidentemente, por força disso, pode-se inferir que há um componente antropomórfico nessas relações cognitivas: tal incidência, entretanto, deve ser contemplada como algo *decorrente* (cf. IBRI 1992: 87), sendo lícito "buscar na mente humana elementos que subsidiam teorias de teor objetivo" (idem). Por outro lado, mesmo em âmbito coletivo, pode-se aduzir que "essa **experiência comum**, da qual ninguém duvida ou pode duvidar, e de que ninguém jamais **pretendeu** sequer duvidar, exceto como

¹ Cf. Ibri (1994: 14), informando, em nota de rodapé: *Charles Sanders Peirce: Contributions to The Nation*.

consequência de uma crença tão íntegra e perfeita nessa experiência que deixou de ser consciente de si mesma..."² (CP 5.120 1903, *apud* PEIRCE 1990: 197).

Tomando por base, desse modo, o esclarecimento feito já desde 1871, o conceito peirceano de *opinião* estava formulado através de preceitos ligados a um conjunto de aspectos que envolve a condição da própria estrutura existencial do fenômeno. Diz o autor:

Existe, portanto, para toda questão, uma resposta verdadeira, um conclusão final, para a qual a opinião de todo homem constantemente tende. Por algum tempo ele poderá perdê-la de vista, mas dê-lhe mais experiência e tempo de estudo e ele há finalmente de atingi-la. O indivíduo pode não viver o bastante para chegar à verdade; existe um resíduo de erro na opinião de todo indivíduo. Não importa; mesmo assim permanece o fato de que há uma opinião definida para a qual tende a mente do homem, no conjunto e a longo prazo. A respeito de muitas questões já se chegou ao acordo final; a respeito de todas as outras se chegará a esse acordo se for dado tempo suficiente. A vontade arbitrária ou outras peculiaridades individuais de um número bastante amplo de mentes poderão adiar indefinidamente o acordo geral sobre essa opinião; mas não afetará o caráter dessa opinião quando ela for atingida. Portanto, esta opinião final é independente não, de fato, do pensamento em geral, mas de tudo o que seja arbitrário e individual no pensamento; é totalmente independente daquilo que o leitor, ou eu ou qualquer número de pessoas possa pensar. Portanto, tudo o que se pensar existir na opinião final é real, e nada além disso. (CP 8.12 1871, *apud* PEIRCE 1990: 321)

Evidencia-se que tal conceituação já implicava, naturalmente, uma teoria da realidade, devendo-se ressaltar, acima de tudo como consequência, que a Verdade é "forma definida para a qual, a longo prazo, a opinião humana tende universalmente" (CP 8.12 1871), demandando tempo e experiência. Deste modo, a Verdade é atingível *in the long run* do processo interpretante, posto que conhecimento e aprendizagem crescem, até alternadamente, às vezes, com eventuais períodos de estagnação, mesmo de retrocesso, tendendo, sem bem que de modo assintótico, a se firmar cada vez mais rumo à opinião final. Nestes termos, o acordo geral pode ser adiado indefinidamente por interferência de idiosincrasias humanas que incidem sobre tal envolvimento, "bloqueando o caminho", não só da investigação, mas, também, do assentimento consensual a propósito das opiniões, de um modo geral, condição de certa forma expressa nos métodos de fixação das crenças, descritos por Peirce, ou seja, os métodos *a priori*, de autoridade, de tenacidade e, finalmente, o científico. A convicção realística de que à resposta verdadeira para toda questão vai corresponder uma crença de que tal resposta existe de fato, leva a pensar que persiste, ou dura, a conclusão com significado real, não se permitindo perder de vista que todas essas respostas levam sempre a novas perguntas, perguntas que se desdobram em outras tantas, *ad infinitum* por princípio, compelidas sempre para onde as pistas da experiência levam. Desse modo, durante todo o tempo haverá "um resíduo de erro na opinião de todo indivíduo", dado que ele "não vive o bastante para chegar à verdade" (CP 8.12 1871), além de que o Objeto está, ele

² Os destaques constam da edição em língua portuguesa.

próprio, sob o *cânon* metafísico da evolução, logo, por decorrência lógica, do falível e do acásico.

Assim, controvérsias por causa de questões opinativas conduzem, constantemente, todo indivíduo ao "choque de opiniões, [o que] cedo levaria o homem a apoiar-se em preferências de natureza mais geral" (CP 5.358-87 **1877**, *apud* PEIRCE 1993: 83). Nessas circunstâncias, então, "o homem [...] não permitirá que suas inconveniências superem as vantagens e dirá: apego-me estreitamente à verdade e a verdade é sempre um todo" (CP 5.358-87 **1877**, id. 79). Sob tal perspectiva, observa Peirce, ainda buscando identificar as circunstâncias que cercam a idéia do "resíduo de erro" remanescente: "Quem arbitrariamente escolha as proposições que adotará só pode empregar o vocábulo verdade para sublinhar sua determinação de prender-se à escolha feita" (CP 5.388-410 **1878**, id. 65). Nem é preciso referir que tal escolha, submetida ao desenvolvimento de fatos cujo significado real se confirme como permanência regular ao curso do tempo, vai exibir implicações que repercutem no fazer científico, chegando Peirce a declarar que "todo avanço importante no campo da ciência tem correspondido a uma lição de lógica" (CP 5.358- 87 **1877**, *apud* PEIRCE 1993: 72). Sob tal aspecto, nesse ponto, esboçam-se as relações descritas pelo autor entre realidade e comunidade, pois "enfraquecem-se neste momento os limites da individualidade, tornando-se mais intensa a personificação [de uma] comunidade em diálogo", no falar de Silveira (1996:69). E o próprio Peirce já o fazia transparecer, ao expor seu entendimento de *realidade*, quando contava, então, apenas vinte e nove anos, dizendo: "Desta maneira, a própria origem da concepção de realidade mostra que esta concepção essencialmente envolve a idéia de uma COMUNIDADE." (CP 5.311 **1868**). Desde então, expressões como "comunidade ilimitada", "comunidade indefinida", "comunidade de filósofos" vão aparecer com frequência em seus textos, até mesmo "uma vaga personificação da comunidade" que se consubstancia na *norma*. Nessa direção, aquilo que parece ser, aos olhos do lógico, um procedimento normal de sua atividade é questionado por ele:

Pode parecer estranho que eu devesse evidenciar três sentimentos, principalmente interesse em uma comunidade indefinida, reconhecimento da possibilidade de este interesse ser feito supremo e esperança na ilimitada continuação da atividade intelectual como exigência indispensável da lógica. Mas, quando consideramos que a lógica se fia na mera luta para escapar da dúvida, luta que tem de começar na emoção, porquanto termina na ação, e que a única causa do fundamento de nós mesmos na razão, além disso, é que outros métodos de escapar da dúvida falham por causa do impulso social, por que deveríamos nos surpreender de encontrar sentimento social pressuposto no raciocínio? [...] (CP 2.655 1878)

Naturalmente, para além das relações interpessoais, sem dúvida que tais pronunciamentos vão incidir sobre os comentários feitos por Peirce a respeito das instituições, considerando tanto possibilidades quanto limites delineados pelas influências e atuações resultantes de uma positividade valorativa, bem como, igualmente, por outro lado, de uma negatividade lacunar que pode refletir a imperfeição dos institutos comunitários. Manifesta-se assim o autor:

Nenhuma instituição poderá, entretanto, propor-se a regulamentar as opiniões acerca de todos os assuntos. Só os de maior importância podem ser considerados e, quanto ao resto, os espíritos se verão expostos à ação das causas naturais. Essa imperfeição não se constituirá em fonte de fraqueza enquanto os homens permanecerem num estado de cultura tal que as opiniões não se influenciem reciprocamente - isto é, enquanto não souberem somar idéias. (CP 5.358-87 **1877**, *apud* PEIRCE 1993: 82)

Ora, conectando a existência das instituições humanas com a teoria dos signos e submetendo-as a breve exame semiótico, através do qual elas surgem tanto como produto, quanto como produtoras de signos, é possível traçar determinado perfil lógico de sua natureza, a partir dos objetivos comuns de seus integrantes, assim como de seus valores (cf. SANTAELLA 1998: 9)

Sob outro aspecto, numa perspectiva teórica mais específica, é preciso considerar o passo lógico derivado desse grande plano de conjunção entre instinto e instituições, centrando-o no campo inferencial da abdução, o que permite identificar o fato de que toda atividade impulsionada por essas faculdades se exerce em prol do coletivo. Mostram tal direção os comentários que seguem descritos, no seguinte relato:

[...] No homem, reação adequada é reação criativa, o instinto se traduzindo em faculdade eminentemente criadora, que se volta não para a satisfação do indivíduo em si, mas para a coletividade. Daí a abdução encontrar seu domínio mais natural na arte e na ciência. Nestas, e principalmente no caso da arte, mesmo que haja uma satisfação inicial a nível do indivíduo, os resultados ou produtos voltam-se sempre, mais cedo ou mais tarde, para o coletivo. (SANTAELLA 1993: 97)

Peirce sabe que "somos, sem dúvida, predominantemente animais lógicos, mas não o somos de maneira perfeita..." e, também, que "uma inferência é tida por válida, ou não, independentemente de referência à verdade ou à falsidade da conclusão a que leva" (CP 5.358-87 **1877**). Estão implícitos em ambas essas passagens, por um lado, o problema do desenvolvimento da opinião, já que Verdade e Falsidade – temas centrais da Filosofia - são descritíveis como o problema das conformidades intelectuais com o Real, compreendidas como contextura de alternativas excludentes entre si.

Considerando o problema por esse ângulo, conclui-se, tal qual fez Peirce desde seus textos de juventude, que "individualmente, não podemos razoavelmente esperar atingir a filosofia última que perseguimos: só podemos procurá-la, portanto, para a comunidade dos filósofos" (CP 5.265 **1868**, *apud* PEIRCE 1990: 260). Para tanto, será preciso o subsídio científico de um método incorporado à conduta investigativa que só pode encontrar viabilidade na esfera comunitária ou pública, sem perder de vista a idéia de que "a perfeição ideal do conhecimento pelo qual temos aprendido ser a realidade constituída deve caber, então, à comunidade, em que essa identificação é completa" (CP 5.356 **1868**). Sua base deve ser buscada em critérios realísticos que fundamentem seu caráter pragmático, vindo a consubstanciar assim, na presentidade, os propósitos inscritos num futuro hipotético, observadas, porém, as condições existenciais já estabelecidas como realidade no curso do processo, longe por certo de quaisquer determinações de cunho mecanicista ou necessarísta *de re*.

Em vista disso, diverso de todos os métodos descritos pelo autor em "A Fixação das Crenças", sobretudo do espírito que norteia o método de tenacidade - "forma em que a concepção de verdade como algo público ainda não se desenvolveu" (CP 5.358-87, 1877 *apud* PEIRCE 1993: 84) -, há que se firmar como marca do compromisso deliberado com a continuidade desse processo a dimensão de um procedimento heurístico, condutor do esforço humano a um *corpus* cósmico progressivamente mais crítico e autocontrolado de conhecimentos. Tal compromisso precisa abranger não apenas uma espécie de etognosia coletiva, ou seja, "conhecimento profundo dos costumes, paixões e caracteres do homem" de qualquer que seja a comunidade de investigação consigo mesma, mas também, *principalmente*, sua relação sógnica – se assim se pode dizer - possível *in actu* com o objeto dinâmico *real*, sempre a transfigurar em realidade - imediata e crescente, enquanto relação também evolucionária - os aspectos noéticos e noemáticos que nele têm sua matriz lógica, quer dizer, a face subjetiva da apreensão do objeto e a face objetiva dos modos de ser dessa infinita vivência, na esfera, em altíssimo grau, da comunidade científica de investigação.

Referências Bibliográficas

- IBRI, Ivo Assad. *Kósmos Noetós - A Arquitetura Metafísica de Charles S. Peirce*. São Paulo: Perspectiva/Hólon, 1992.
- IBRI, Ivo Assad. *Kósmos Poietikós - Criação e Descoberta na Filosofia de Charles S. Peirce*. São Paulo, Tese de Doutorado, USP, 1994, inédita.
- PEIRCE, Charles S. *Collected Papers of Charles S. Peirce*. C. Hartshorne, P. Weiss (Ed.), v. 1-6, e W. Burks (Ed.), v. 7-8. Cambridge: Harvard University Press, 1931-58.
- PEIRCE, Charles S. *Semiótica*. 2.ed. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1990.
- PEIRCE, C. S. *Semiótica e Filosofia*. Tradução de Octanny Silveira da Mota e Leonidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1993.
- SANTAELLA, Lúcia. *Metodologia Semiótica - Fundamentos*. São Paulo, Tese de Livre-Docência, ECA/USP, 1993.
- SILVEIRA, Lauro Frederico B. da (1996). "A Iconicidade do Signo Lingüístico e Algumas das suas Conseqüências". In *Corpo e Sentido*. São Paulo: UNESP, p. 69.